

REVENDO A HISTÓRIA DAS CIDADES PAULISTAS: A INSERÇÃO FEMININA E A (RE)LEITURA DO COTIDIANO

Lídia Maria Vianna Possas

*Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da
Universidade Estadual Paulista –
Campus de Marília (Unesp – Marília)*

Resumo

Objetiva-se realizar uma revisão historiográfica e a ampliação dos estudos de “gênero” ao investir na historicização e desconstrução dos estereótipos e dos papéis sociais de homens e mulheres que vivenciaram o processo de formação das cidades do Oeste paulista na primeira metade do século XX. Por meio da interpretação de indícios observados na documentação jurídica e jornalística da cidade de Bauru (SP), foi possível desvelar os silêncios sobre a presença feminina e as formas de repressão à vida das mulheres que, ainda hoje, têm seus desdobramentos no comportamento social e político da sociedade brasileira. A pesquisa é sensível às recentes reflexões e debates sobre os paradigmas da história, atenta aos diferentes movimentos de atores sociais, às temporalidades e aos espaços, possibilitando captar o cotidiano das cidades paulistas e rever as narrativas tradicionais ao demonstrar que tais cidades, colocadas na condição de “periferia”, possuem especificidades ante o processo de modernização e, muitas vezes, rompem a relação causal com a Metrópole paulistana, “centro” dinâmico do capital em expansão.

Palavras-chave: gênero, cotidiano, cidades paulistas, modernidade.

Abstract

The objective of this research is to draw a historical review and a gender study increase when investigating the history and the demolish of the stereotypes and social roles of men and women who took part in the process of settlement of the cities in western State of São Paulo in the first fifty years of the twentieth century. Through the interpretation of the evidences observed in the legal and journalistic documents of the city of Bauru, it was possible to reveal the silences about the female presence and the forms of repression they experienced and continue to

face their consequences in the Brazilian social and political scenery up to the present time. The research is sensitive to the recent reflections and debates about the historical paradigms, to the different movements of the social actors, the qualities in time and space, which enable us to catch a glimpse of the daily life of the cities in the State of São Paulo and to review the traditional narratives, as they show that these cities –in the condition of suburbs – have their particularities in the modernization process –and, quite often, help break the causal relationship with the metropolis of São Paulo, a dynamic centre of the monetary expansion.

Key words: gender, quotidian, São Paulo state cities, modernity.

O presente trabalho aponta algumas reflexões sobre a pesquisa que focaliza as cidades do Oeste paulista, especificamente aquelas situadas na região Noroeste¹, no final do século XIX e que, nas décadas do século seguinte, viveram um complexo cenário de modernização com o avanço da economia cafeeira consolidada pela presença das ferrovias². A investigação prioriza a análise da instalação de inquéritos policiais como novas práticas de controle da criminalidade urbana, que traduziram a ampliação de poderes às agências destinadas à imposição de regras sociais e morais e da ordem implementadas pela elite republicana.

Nos primórdios da nova República que adentrou o século XX, vários projetos institucionais objetivavam a instalação de uma nova ordem social, com ênfase na valorização do trabalho e na civilização dos costumes devido à crescente presença da imigração e, principalmente, dos movimentos operários, com suas variantes ideológicas.

Cada uma das cidades paulistas, inseridas na onda modernizadora que adentrou o sertão, construíram, a seu modo, um processo de urbanização. Era preciso enfrentar e conciliar as novas exigências de participação política e social, com ênfase na “civilização dos costumes” ante as demandas de homens e mulheres que chegaram, como forasteiros, nessa nova frente de expansão, com hábitos e costumes diversos.

Meu propósito com este trabalho foi rever lacunas na historiografia e realizar uma releitura das narrativas existentes, principalmente regionais, por meio de uma análise cuidadosa e atenta do cotidiano que me permitisse observar distintas formas de inserção, principalmente a feminina, no espaço público – de modo a entender como as relações de gênero, os diferentes papéis de mulheres e homens, foram delineados no âmbito das mudanças e das permanências e, ao mesmo tempo, capturar os muitos silêncios que a memória individual deixou no esquecimento e a memória coletiva oficial excluiu.

Para tanto, incorpora-se a perspectiva de um olhar histórico-antropológico de tendência crítica cultural³, que fornece subsídios e conceitos valiosos como o de “micro-história”, representações e práticas culturais, suportes necessários para o desvelar da lógica da onda modernizadora sustentada pela idéia do progresso civilizador que construiu uma narrativa linear e, quase sempre, personalista.

Com isso, compreende-se a visão do “progresso desencantado”⁴, demonstrando ser possível restaurar o papel dos indivíduos, dos sujeitos, na construção dos laços sociais e formas de sociabilidade em que situações de subjetividade, sejam de poder e de resistências, são exercidas em ações concretas e podem ser captadas no subjacente das fontes.

Os resultados da pesquisa, embora parciais, evidenciaram deslocamentos relevantes das estruturas de poder para as redes, para as situações concretamente vividas, explicitando as estratégias singulares de sobrevivência de muitas mulheres e de homens que viviam sós nessas novas frentes de expansão cafeeira paulistas⁵. Foi possível observar a criação de uma rede de solidariedade, decorrente do convívio diário nas pensões baratas dos “bairros baixos”, no dizer do poeta Rodrigues de Abreu, diante da necessidade de prestarem auxílio mútuo frente às situações de violência e de enfrentamento com a polícia.

A cidade se forma a partir de um aglomerado de pessoas. Numa intensa pluralidade de sujeitos, vivendo em temporalidades múltiplas e exercendo papéis distintos em espaços simultâneos, há indícios reveladores, aqui e ali, que certamente passariam despercebidos se não se estivesse atento ao ofício do historiador, conforme nos alertou Michel de Certeau⁶.

Desta maneira, torna-se relevante rastrear os aspectos do cotidiano dessas cidades em formação, onde as fontes documentais, embora sejam abundantes, ainda estão bloqueadas pela ausência de políticas públicas de arquivo e pela presença de muitos “discursos e imagens que ainda cobrem as mulheres como uma vasta e espessa capa”⁷, dificultando a quebra do silêncio que se impôs sobre elas e dos estereótipos que as envolvem.

Com um olhar voltado a captar a presença feminina, observa-se que a mulher se encontra nas ruas, nos bares, nos cabarés, enfim, em todos os lugares dessas novas urbs. As mulheres, aquelas sozinhas, vivem uma complexidade de relações e de práticas sociais que a todo momento perturbam a ordem vigente, desafiam os regulamentos dos poderes públicos e de uma nova tecnologia criminal, com processos de identificação e racionalização administrativa. Reinventam a vida diariamente diante das situações de conflito, colocando em xeque os papéis normativos prescritos, em que uma tradição popular e a ciência se chocam. Enfrentam uma gama de investigações policiais que transformam os distintos sujeitos em “vítimas” ou “indiciados”, com a inquirição de testemunhas em situa-

ções quase sempre recortadas de mecanismos inquisitoriais. E, quando as inúmeras tentativas de sobrevivência chegam ao limite máximo, elas podem recorrer a soluções drásticas, como a de pôr fim à própria vida, como revela este trecho de um inquérito policial: “[...] vencida, física e moralmente, sem esperança de dias melhores, resolveu pôr termo aos seus sofrimentos com o suicídio”⁸.

A necessidade de disciplinamento é defendida pelas autoridades como fator de “ordem” onde habita a “desordem”. No entanto, trata-se de uma visão equivocada frente à realidade pulsante, uma vez que o contingencial parece ser passível de ser domado com a intervenção policial, que, contraditoriamente, se apresenta com diversas acepções de justiça e de níveis de intervenção⁹.

A preocupação dos agentes da Justiça prevê a homogeneização de atitudes, de valores e de comportamentos que são incorporados e defendidos como naturais, embora sejam impostos e, com isso, acabem por reforçar os preconceitos, sejam eles religiosos, raciais ou, principalmente, sexuais.

A pesquisa teve início com o estudo da cidade de Bauru, situada na região conhecida por “boca do sertão” ou, ainda, como a porta da “última fronteira para a civilização”, e está atenta à “história do lugar”¹⁰ e à construção das relações de gênero¹¹.

Diante do cenário de modernização que implementa performances urbanas e sociais específicas nas cidades do noroeste paulista, pois o processo não é homogêneo, foi possível refinar ferramentas de análise, como “gênero” e “mulheres”, que são categorias relevantes para captar a presença e os movimentos dos atores sociais, mas que devem ser pensadas e constantemente revistas ante à pesquisa empírica, conforme nos tem demonstrado a historiografia recente.

Essa preocupação justificou o intento de um novo olhar sobre a história das cidades paulistas, numa revisão das visões personalistas e até mesmo estruturalistas que ocupam os manuais didáticos e publicações mais regionalizadas.

Não basta dar visibilidade à inserção de novos sujeitos com suas experiências e comportamentos captados, mas pretende-se situá-los na informalidade, demonstrando como as diferenças sexuais entre mulheres e homens não foram e não são naturais, podendo ser interpretadas a partir de outros referenciais de análise. As fontes tradicionais, como os inquéritos e processos policiais, ensejam normas jurídicas e traduzem preceitos ou (pré)conceitos amparados por discursos médicos que podem desvelar situações outras a partir da perspectiva de um olhar do historiador da cultura. É por meio dessa nova investida teórica e da historicidade das representações e imagens que se torna possível demonstrar a dinâmica e as transformações da sociedade frente à modernidade e interpretar os inúmeros conflitos e resistências à imposição dos discursos normativos vigentes nos primórdios da vida republicana.

A investigação nas fontes jurídicas tem demonstrado o que denominamos de circularidade social, com movimentos sutis entre as aspirações contidas na lei e a repressão e onde a visão diluída do narrador tenta impor uma ordem às histórias e relatos contidos. Essas fontes jurídicas evidenciam relações de exploração que “não são econômicas” e deixam marcas profundas devido à perenidade das relações de poder que são simbólicas e se interiorizam no seio da sociedade sob formas de controle da conduta de homens e mulheres, jovens e idosos, adultos e crianças, homossexuais e heterossexuais, as elites e segmentos populares.

Ao rever e reconstruir a “história dos lugares” da região noroeste do final do século XIX, com o advento da República até o período getulista de 1930, foi possível evidenciar a diversidade histórica e romper com a linearidade narrativa. A documentação inédita voltada para o estudo do cotidiano, como os inquéritos policiais, torna possível entender como se estruturavam as relações e as formas de controle social e de reordenação do poder local frente à inserção de múltiplos sujeitos vivendo temporalidades assimétricas.

Olhar mais de perto os inquéritos policiais, resguardando a sua materialidade, as astúcias técnicas do saber jurídico e do saber médico associados, cotejando os acontecimentos nos jornais locais, forneceu indícios valiosos de como as mulheres (re)criaram e assumiram distintos comportamentos diante das normas impostas pelas relações de poder que avançavam ao lado da frenética expansão cafeeira conduzida pelas ferrovias. Essas “mulheres sós” chegavam sem família, desacompanhadas, e vinham pelos trens e trilhos muitas vezes sem emprego, buscando alguma forma de “fazer a vida” nessas frentes pioneiras do Oeste paulista, onde tudo acontecia e onde havia a imagem do acesso ao “dinheiro fácil”. São histórias perdidas, fragmentos de sonhos esquecidos e reduzidas em folhas de papel. Mas existem outras maneiras de captar esse mundo que parece irreal aos olhos do legislador.

Rodrigues de Abreu¹² é autor de uma poesia denominada *Bauru*, uma espécie de visão instantânea da cidade que o acolheu, e suas estrofes fornecem ricas imagens do processo de modernização que adentra o sertão e de como os indivíduos em uma luta surda se inseriam nesse cotidiano. Esse poema é raríssimas vezes apresentado em sua totalidade, o que chega a ser motivo de desacordos de interpretação entre os historiadores e memorialistas que insistem em manter uma visão idealizada da história da cidade, omitindo aspectos julgados impropriedades ante a visão moralista adotada e ensinada. Transcrevo alguns trechos mais ilustrativos da presença de homens e mulheres de distintos segmentos sociais, assim como de hábitos e comportamentos transformados em “crimes” pelas autoridades policiais:

Bauru

Moro na entrada do Brasil Novo.
Bauru, nome frisson que acorda na alma da gente
ressonância de passos em marcha batida
para a conquista soturna do Desconhecido!

[...]

Vi homens fecundos que fazem reclamo da Raça!
E eu sei que há mulheres fidalgas que ateiam incêndios
na mata inflamável dos nossos desejos!
Mulheres fidalgas que já transplantaram
O Rio de Janeiro para este areal!

A alegria buzina e atropela os tristes nas ruas,
A cidade se fez a toques de sinos festivos,
a marchas vermelhas de música, ao riso estridente,
de Colombinas e Arlequins¹³.

As mulheres ocupavam o imaginário do poeta. Mas quem seriam esses personagens femininos que acendiam o seu espírito inquieto?

Nem todas poderiam ser denominadas de “mulheres públicas”, na concepção de Michelle Perrot¹⁴, como aquelas que estariam “deslocadas” e mais afeitas à desordem, à transgressão.

Havia tantas outras. As “criadas para a família” e aquelas que tentavam participar das novas possibilidades de acesso ao espaço público com a oferta de novas profissões: telefonistas, secretárias. Essas chegaram transferidas do Rio de Janeiro para a nova fronteira em expansão, como funcionárias mais especializadas da Estrada de Ferro Central do Brasil para os Escritórios da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB, diante de sua implementação no final dos anos 20. Os anúncios dos jornais ofereciam vagas em pensões “para moças de fino trato”.

No entanto, não seriam possivelmente para aquelas que estariam residindo em outros lugares, como as pensões e cabarés da cidade, que se transformavam à noite em casas de encontros, de baile, de prostituição. É nesse cenário urbano saturado de muitas mulheres que outros lugares são estigmatizados diante de nomes afrancesados como Bataclan, Maxims, que ofereciam uma intensa vida noturna, conforme se depreende da sensibilidade poética do dândi provinciano Rodrigues de Abreu ao narrar a vida da cidade:

Cidade de espantos

Carros de bois geram desastres com máquinas Ford
Rolls Royces encalham beijando na areia
Casa de taboas mudáveis nas costas;
As avenidas paulistas...
Cidades de espanto!!!

A febre de lucro que move seus homens nas ruas do centro
e a pecaminosa alegria dos teus bairros baixos...;
Eu já tomei cocaína em teus bairros baixos onde há Milonquitas de
pálpebras murchas e olhos brilhantes!¹⁵

O poeta não consegue escapar às sensações que a cidade desperta e projeta suas impressões mais íntimas fornecendo indícios reveladores sobre aspectos do cotidiano, da vida mundana, noturna, dos hábitos que a modernidade introduzia nesse sertão e que teimam em não ser aprisionados e silenciados pelos discursos normativos da ordem.

Um outro observador, o jornalista Brenno Ferraz, que como colaborador escrevia crônicas para o jornal *Estado de S. Paulo* em 1924, percorria as cidades do interior paulista escrevendo as impressões de suas andanças e das experiências absorvidas, revelando, na sua perspectiva, as diferenças entre elas, seus modos de vida, sua gente: “Botucatu era uma cidade importante com renome de capital; Lençóis uma pequena colméia de trabalho; Agudos onde o patriarcado ostenta em nobre pujança do valor moral”. Bauru era diferente, feito na ponta dos trilhos, improvisada, de uma indisciplina atroz.¹⁶

O poeta e o cronista fornecem pistas, minúcias de uma realidade repleta de gente, de comportamentos que teimam em deixar rastros. Foram justamente as matrizes dessas representações de desorganização, de improvisação, que me levaram a buscar e analisar com mais exigência a documentação existente, que me permitisse identificar a concretude de tais sentidos e percepções.

Na primeira metade do século XX, as elites agrárias controlavam o poder político do país por meio do Estado oligárquico. Esse poder era justificado e reforçado por um discurso que apontava o progresso como finalidade social. Com isso, praticou-se o genocídio indígena reinventado em pleno século XX; retomou-se a exploração de homens e mulheres no mundo do trabalho em situações desumanas nas fábricas e fazendas; houve a depredação da natureza devidamente implementada pelos conhecimentos tecnológicos e científicos que impunham a disciplina e a ordem interna, com a ampliação de um aparato jurídico policial que passou a criminalizar comportamentos cotidianos, como demonstram trabalhos recentes.¹⁷

É evidente que esse movimento de expansão conduzido por indivíduos, homens e mulheres, vivendo distintas práticas sociais transformou os lugares até então habitados pela natureza compreendida como hostil. Viver nessas paragens era reinventar a vida, os modelos apreendidos em outros lugares, refazer as experiências. Instalou-se uma dinâmica social própria, evidenciando outras histórias que não devem ser consideradas meros reflexos da capital, São Paulo. Improvisam-se outros papéis e formas de sobrevivência. Essas cidades paulistas, como áreas a ser “civilizadas”, lugares sem lei, logo foram alvo dos jornais e tema de discursos contundentes. As notícias evidenciavam uma necessidade de criminalização de práticas como espancamentos de mulheres, de certos hábitos como o aborto, o infanticídio e o abandono de crianças nas portas das casas e nas praças, além da criação de medidas enérgicas no combate ao “antro de perdição, isca de exploradores de todos os sentidos”¹⁸: a regulamentação da prostituição.

A modernização veio acompanhada de novas tecnologias, além da ferrovia, como o rádio e o cinema, o telex e o telefone, disseminando novos hábitos e costumes mais cosmopolitas que serão apropriados pelas populações citadinas paulistas do interior.

Percebe-se pela leitura dos jornais, nas ofertas de seus classificados, que uma verdadeira “revolução científica e tecnológica” está em curso e atinge o sertão. No entanto, a sutileza de sua performance sociocultural não está condicionada à sua presença, mas nas mudanças substanciais de comportamento e de valores que passam a questionar uma sociedade ainda ruralizada. Os anúncios de remédios, por exemplo, espalhados pelas páginas dos jornais, evidenciam doenças venéreas, como também práticas sexuais que deveriam ser contidas: “Licor Tibaina Granado – Cura a sífilis e todas as suas manifestações secundárias, as produções dardrosas e cancerosas bem como reumatismo e afecções gotosas”¹⁹ ou “Depurativo Lyra – Cura a sífilis. Sabor agradável. Não ataca o estômago”²⁰.

A insistência das propagandas, a oferta de medicamentos para combater as doenças sexuais, a presença de profissionais médicos oferecendo consultas com preços módicos sugerem as distintas relações sociais existentes. Com um olhar decifrador, desvela-se o funcionamento dos micropoderes, os “mecanismos de força” que operam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado²¹ e as sutis formas de resistência de muitas mulheres que improvisavam e rompiam os papéis, apesar da vigilância e das proibições.

O crescimento urbano era a tônica das notícias, alardeando a constante presença de forasteiros que “chegavam nos trens da manhã”, além de furtos em residências e a presença da mendicância nas ruas. Estamos falando dos anos 1920. Havia, por parte das elites da cidade, de homens letrados que escreviam nas colunas e no “espaço do leitor”, uma exigência de providências como o au-

mento da cadeia pública e um policiamento mais intenso, por exemplo. Há evidências da transformação de práticas costumeiras, agora categorizadas como “crime”.

São Paulo, a cidade capital, viveu na década de 1920 um crescimento urbano espantoso, por volta de 577%, incluindo a imigração de europeus e orientais. A verticalidade dos edifícios passava a sobrepor a horizontalidade das casas e os movimentos sociais urbanos tomavam conta do espaço público. As relações assumiam feições individualizadas e voltadas para o privado; o ritmo das construções e as “surpreendentes máquinas” que andavam expunham sentimentos inexprimíveis, traduzidos pelo poeta local.²²

As reivindicações femininas no espaço público, embora sejam interpretadas como “aberrações”, ganhavam também maior visibilidade.²³

É nas ruas que ocorriam as reivindicações políticas, como os comícios e o ensaio de algumas passeatas, produzindo o fenômeno que será a tônica dos anos 30: a “multidão em cena”²⁴. Portanto, uma diferenciação entre os sexos tornou-se mais visível e passível de ser divulgada pelos meios de comunicação. Constatou-se a presença da opinião pública resistente aos novos tempos, emitida nos jornais das cidades do interior paulista, exigindo providências, até no campo moral, para rebater o acesso das mulheres no convívio coletivo.

A disciplinarização das relações de gênero e das normas para o “convívio civilizado” entre mulheres e homens ganhou espaço nos discursos veiculados pela imprensa, enfatizando a necessidade da redefinição dos papéis normativos para as mulheres, inclusive para o âmbito do privado, por meio de aparatos jurídicos que buscavam moldar os corpos e as mentes. Esses instrumentos multiplicaram-se pelos projetos institucionais que tentam a moralização dos costumes e que são resguardados no novo Código Penal de 1917. O monopólio legal da violência justifica o processo civilizador que se assenta na formação das consciências conduzidas pelas normas, por uma ética, por uma moral, por uma forma de entender a vida e as relações sociais por intermédio da “autodisciplina” e do “autocontrole”.²⁵

São essas constatações e relações que esboçam uma realidade muito mais complexa: a formalização da autoridade e do poder legal pelo controle burocrático sobre os movimentos urbanos.

A perspectiva de um outro olhar sobre as fontes aperfeiçoa as ferramentas teóricas de “gênero”, associadas às recentes contribuições de Judith Butler²⁶ e Linda Nicholson²⁷, que foram retomadas em texto primoroso de Joana Maria Pedro²⁸.

Amplia-se a compreensão das possíveis construções das relações de gênero como relações de poder, que são históricas e apresentam uma gama de

variações. Refaz-se o jogo simplista de “gênero” repensado em relação ao termo “sexo”, como coisas distintas, mas que em várias situações, e em especial no caso dos movimentos gays e lésbicos, constituem às vezes identidades de gênero não coincidentes.²⁹

Essas reflexões, seja no tocante à instalação do processo de investigação policial pelo governo do estado de São Paulo, desejoso de estender sua autoridade aos longínquos rincões territoriais, ou à observância da complexidade das relações de gênero, são sustentadores da análise que está sendo realizada sobre as fontes jurídicas, no caso os inquéritos policiais³⁰, como a primeira fase do processo criminal, porta de entrada dos elementos e diligências, de negociações da Justiça.

O mapeamento inicial compreendeu os inquéritos instalados na comarca de Bauru, criada em 1910³¹ e que reúne uma vasta documentação da região, compreendendo várias cidades que aos poucos foram saindo da jurisdição bauruense e transformadas em sedes de outras comarcas³². O período coletado foi de 1910 a 1920, assinalando os casos de envolvimento da figura feminina, seja na condição de vítima ou de indiciada. Nesse conjunto de 88 inquéritos policiais, temos as seguintes situações, identificadas pela própria Justiça: lesão corporal (15), roubo (4), suicídio/tentativa de suicídio (4), tentativa de homicídio (4), violência sexual (5), acidente com arma de fogo (4), averiguação de cadáver (4), brigas em pensões (2) e outros temas, como queixas, acidentes (4), totalizando 45 autos.

Para efeito do presente artigo, tomei para análise um caso específico: o inquérito policial de “suicídio” datado de 6/05/1938, que, sendo na década de 30, se encontrava na relação cronológica e temática estudada nessa fase (década de 1910-1920), e que estava associado a um outro inquérito sobre “brigas em pensões”, identificado na pessoa de Angelina Maggi, proprietária da pensão Batalan, vítima de agressão envolvendo um dos hóspedes³³. Cotejando os acontecimentos, verifiquei que o fato também foi notícia no jornal local³⁴. A presença de uma fotografia de propriedade da vítima suicida, incorporada aos autos, suscitou o faro da pesquisadora para descobrir na cena revelada o mundo repleto de outras histórias.

Como primeira fase do processo criminal, o inquérito foi aberto às 17 horas por ordem do delegado de polícia visando apurar os elementos que permitiriam prosseguir as diligências: realizar exame cadavérico e ouvir as testemunhas antes de exarar parecer conclusivo.

A vítima era Maria Antônia Firmino³⁵, uma daquelas “mulheres sós” que fora para Bauru tentar fazer a vida: sobreviver. Segundo consta no auto de corpo de delito, a “tresloucada” tinha 23 anos, era morena-clara, solteira, meretriz e,

segundo palavras do escrivão policial, pôs termo a sua existência ingerindo forte dose de substância tóxica. O escrivão parecia não ter dúvidas sobre sua identidade ao afirmar que era “meretriz muito antiga da cidade”.

Nas informações policiais que compõem a identificação da vítima, afirmava que ela morava em um quarto da pensão Bataclan, situada à Rua Costa Ribeiro, 6-50, aliás, uma daquelas casas nos “bairros baixos”, de intensa vida noturna e de prostituição próxima à estação ferroviária da NOB. Essa localização era associada à descrição do perfil e da profissão da vítima pelo escrivão, que continuava com uma linguagem enfática e subjetiva: “mercantiava [sic] o seu corpo”.

Dois médicos assinaram o exame cadavérico explicitando a causa da morte, com um discurso em que se entrelaçavam razões científicas, subjetividade e juízo de valor:

[...] fizera o uso de bebidas, ingerira por desgostos íntimos o terrível veneno “Formicida” que tem por base os cianetos de soda, potássio e mercúrio e arsênico. Deitada em posição prolapada, peculiar aos inconscientes, em sua cama, rodeada de travesseiros, em cujo meio colocara um retrato seu e de companheiros; [...] ninguém ocorreu o triste fim da rapariga que mercantiava seu corpo, na vida desregrada que o álcool e a prostituição conduz³⁶.

Dessa maneira, os saberes médicos ofereciam aos agentes da Justiça condições para criar uma tipologia e exercer sua competência no disciplinamento dos comportamentos sociais – no caso, sobre a conduta de uma mulher, reforçando o estereótipo da “mulher pública”, a prostituta.

A presença da fotografia encontrada junto ao corpo da suicida e anexada aos autos não foi alvo de análise por parte das autoridades, mas permaneceu nos autos e com a identificação da vítima e de um jovem com um “X” à caneta. A imagem é de uma fotografia particular, possivelmente tirada por profissional em um “tempo” anterior ao incidente. Apresenta bom enquadramento do cenário e a distribuição organizada de pessoas de ambos os sexos no centro. Pode-se afirmar que se trata de um momento de informalidade, de lazer captado pelas lentes subjetivas da fotografia e de seu agente. Reproduz uma cena típica de um bar, talvez o “Bar Rio Branco”, local indicado pelas testemunhas no inquérito como assiduamente freqüentado por Maria Antonia, “desde cedo onde permanecia o dia todo”. O local possuía prateleiras de bebidas ao fundo, um balcão mais à frente e uma mesa principal onde se dispunham: cinco homens enfileirados horizontalmente e em pé e quatro mulheres, sentadas.

A mesa quadrada está ocupada quase totalmente por 12 garrafas de cerveja e, possivelmente, por duas de refrigerante, devido ao seu tamanho menor.

Os homens, pelos seus trajes, evidenciam diferentes atribuições: o proprietário, mais formalizado, de camisa e gravata; um “cozinheiro”, com gorro e avental brancos; dois jovens que seriam garçons do estabelecimento; e um outro, que se apresentava de camisa e gravata, trajando um chapéu tipo “palheta”, talvez um dos freqüentadores. As mulheres sentadas em torno da mesa apresentavam-se com roupas modestas, mas pintadas, com cabelos penteados à moda das francesas: curtos, tipo chanel, e com “pega-rapaz” na testa. Uma delas, segundo os autos, também cometera suicídio.

Trata-se de uma foto intencional, com pose para o fotógrafo. As mulheres estão com copos de cerveja na mão e duas fumam, evidenciando a presença de novos comportamentos urbanos, inserindo a modernidade nesse sertão.

Essas mulheres assumem publicamente sua presença nesse ambiente de lazer identificado como próprio para os homens e, no caso, para “mulheres públicas”. Deixam-se registrar e guardam lembranças desses momentos da vida delas, uma vez que a fotografia pertencia à vítima.

Sabemos que a imagem fotográfica é uma construção que capta instantes de relações e práticas sociais. Elas são retidas como artefato de memória, lembranças de vividos e muitas delas acabam no fundo de gavetas ou no “segredos dos sótãos”, para utilizar as palavras de Michelle Perrot³⁷.

Essa imagem foi parar nos arquivos policiais como prova circunstanciada de um suicídio, e a marca do “X” atribuía à vítima uma vida infeliz com desgostos íntimos, inferindo o motivo do ato cometido: um dos garçons!

Vários indivíduos, entre eles cinco mulheres e um homem, foram identificados como testemunhas no inquérito policial, instalado em 6 de maio de 1939 e encerrado no dia 12 do mesmo mês.

Por ordem de qualificação nos autos temos: “Maria da Conceição Silva, cor morena, 44 anos, estado civil casada, meretriz, natural de Amparo, São Paulo, não sabendo ler nem escrever declarou que é a gerente da pensão, sendo que a proprietária era Angelina Maggi”, aquela que em 1920, fora vítima de agressão por parte de um cliente que não queria pagar a diária. “Irene Gracioso, branca, 34 anos, casada, natural de Coxim, Mato Grosso, meretriz e residente na mesma rua, no Cabaret Maxim.” “Porfíria Amaral, branca, 24 anos, solteira, meretriz, natural de Bom Sucesso, São Paulo, sabendo ler e escrever; é inquilina na pensão Bataclan, cerca de três meses.” “Maria de Lourdez Rodrigues, solteira, 21 anos, meretriz, natural de Ribeirão Bonito, São Paulo, não sabe ler nem escrever; é residente na pensão Bataclan.” “Maria de Lourdes Rosa, casada, 20 anos, meretriz, natural de Lajes, Santa Catarina e residente na Pensão Turca, na Rua Costa Ribeiro.” “Pedro Correia, solteiro, 32 anos, artista teatral, da cidade de Laranjal, residindo na pensão Bataclan e trabalhando no Cabaret Maxim.”

Todos foram ouvidos pelo escrivão e, cada um a seu modo, tentavam isentar-se de qualquer responsabilidade sobre o ato praticado por Maria Antonia Firmino, alegando pouco saber sobre a sua vida e dando referências pessoais sobre ela: que era jovial e conformada com a sorte e que “estava pensando em montar casa particular, tendo até feito orçamento dos móveis necessários”. Ressaltavam suas constantes dificuldades financeiras, os diversos expedientes de que lançava mão para sobreviver na cidade e que não tinha amantes, “fazendo a vida como as demais”.

Em nenhum momento as testemunhas a qualificaram de “meretriz” ou afirmaram que ela vivia da prostituição. Esses são atributos constantemente emitidos pelas autoridades, tanto jurídicas como médicas, até mesmo na qualificação de todas as mulheres ouvidas.

O documento é breve ao emitir o parecer final do delegado e a indicação de arquivamento, evidenciando ser mais um caso de “excessos de degradação moral”, ressaltando que, “cansada e envelhecida pelo comércio carnal, a desgraçada entregara-se ao álcool, donde lhe advinham muitas dívidas”, sendo o suicídio uma solução “normal”. Com isso, ficava pedagogicamente colocada a sorte dessas mulheres sós que foram para essas frentes pioneiras e resolviam assumir as contas dos seus atos e comportamentos indesejáveis.

Esse é um caso que evidencia as histórias de mulheres sós, e mesmo de homens, que reinventavam o seu cotidiano a cada dia. O lugar não era circunscrito à “zona do meretrício”, ao ambiente reservado ao prostíbulo, que, aliás, era o espaço definido pelas autoridades policiais para que elas exercessem o seu ofício.

A pretensão de criar um isolamento, generificando o espaço urbano – característica contida nos discursos de saneamento e também registrada nos códigos de postura das cidades –, não conseguia fazer valer as regras de conduta para a nova ordem social que as elites republicanas pretendiam implementar à custa da exclusão social. Outros ruídos me levaram a pensar sobre as questões das quais nos fala Foucault³⁸: a genealogia do poder e suas tecnologias que devem produzir sujeitos e corpos disciplinados.

As mulheres freqüentavam os bares, as casa comerciais e organizavam-se em grupos, comunidades de indivíduos, tecendo estratégias próprias e construindo relações outras que não aquelas estruturadas e normatizadas pelo discurso jurídico.

O inquérito policial, com seu traço inquisitorial atuando em distintas instâncias de decisões e elaborado por um discurso racional e científico, com pareceres técnicos de especialistas – no caso, do médico legista –, investia na manutenção de uma ordem social necessária, por meio do disciplinamento dos corpos no

espaço público. Projetava, portanto, uma representação ideal de cidadão e de cidadã que a República pretendia consolidar, principalmente nessas novas franjas de expansão e povoamento.

No entanto, no mundo social “real”, a história do lugar é outra e pode ser captada em suas pulsações, construída pelas ações dos indivíduos que teimam em romper as normas coletivas.

As relações entre homens e mulheres, as relações de gênero, observadas por intermédio desse fragmento documental evidenciam a luta de representações de que nos fala Chartier ao analisar como se dá o encontro entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”³⁹.

As diferenças culturais provenientes de visões de mundo distintas não estão organizadas em uma “grade única do recorte social”; elas são responsáveis pela distintas formas de os indivíduos tecerem suas condutas e formularem as identidades.

Como Maria Antonia, outras mulheres sós viviam na cidade e forjaram no dia-a-dia sua história no “lugar”, mesmo enfrentando as imagens e representações adversas de sua existência.

A notícia que saiu no jornal local confirmava a presença do discurso moralizante que mostrava representações de uma cidade que precisava estar mais atenta aos valores e tradições familiares. No entanto, observadas as formas de sua apreensão pela memória das ferroviárias da NOB que tive o prazer de entrevistar, em outra pesquisa, ela, a notícia, a conduta de Maria Antonia escaparam da homogeneização e foram capazes de gerar outras interpretações, como a possibilidade de “viver um grande amor” ou “morrer por ele”, pois vale a pena...

Penso que o trabalho de dar visibilidade aos sujeitos anônimos e excluídos da história seja apenas um aspecto, pois devem ser captados com um novo olhar do historiador sobre o passado, não para enfatizar o caráter de repetição dos fatos e de natureza pedagógica, mas para desconstruir os mitos sobre a presença da mulher que reforçaram a construção do imaginário, ora de culpabilidade, ora de sua inferioridade intelectual. Ao fazer a releitura do passado, a partir de situações concretas e colhendo todos os fragmentos e indícios possíveis, é possível observar as mulheres improvisando outros papéis, enfrentando as normas prescritas e revelando formas distintas de estar presentes no cotidiano e na sociedade.

NOTAS

¹ Região inicialmente compreendida por uma larga extensão de terra, correspondente ao vale do rio Tietê. Via de penetração ao sertão inóspito, desconhecido e de difícil acesso devido à presença de índios. Sua ocupação inicial deu-se por posseiros e fazendeiros vindos de Minas Gerais, Jaú e Rio de

Janeiro, na segunda fase, pela presença da ferrovia, o que resultou em muitos conflitos por causa dos confrontos com os indígenas e da disputa pela posse da terra. POSSAS, Lidia M. V. *O Trágico 3 de Outubro. Estudo histórico de um evento*. Bauru: Bauru: Edusc, 1993; LIMA, João Francisco Tidei de. *Ocupação da terra e destruição dos índios na região de Bauru*. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. Mimeografado.

² A cidade de Bauru tornou-se importante entroncamento ferroviário devido à presença das três importantes ferrovias paulistas. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB, instalada a partir de 1906, tendo como ponto de partida a própria cidade e seguindo para o interior das terras do Oeste ainda não desbravadas. A Cia. Paulista, que, descendo do seu ramal de Jaú, chega em 1910 em Bauru, cortando a principal rua da cidade e instalando suas oficinas. A Estrada de Ferro Sorocabana também aproxima seus trilhos por volta de 1910, compondo dessa maneira um relevante complexo ferroviário, não só pelo poder econômico, como estratégico-político. POSSAS, Lidia M. V. *As fronteiras do Oeste paulista. Ocupando sertões, fundando cidades e (re)fazendo a história do lugar*. São Paulo: Cenpec/Imprensa Oficial do Estado e São Paulo, 2007. No prelo.

³ Perspectiva essa que pode ser observada nos trabalhos organizados por HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; e BOUTIER, Jean. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

⁴ Astor Antonio Diehl, em sua obra *Cultura historiográfica. Memória, identidade e representação* (Bauru: Edusc, 2002), ressalta a presença de uma nova historiografia que vem na contramão da “história do progresso”, que é criticada sob a denominação de “macro-história” e substituída por “uma micro-história” – que pretende reconstruir as condições de vidas passadas e desenvolvimentos particulares reverendo o dilema do historiador: “observar a floresta ou a árvore?”. Essa discussão vem ocupando o debate das ciências humanas sobre os parâmetros da modernidade e as perspectivas chamadas de pós-modernas. Ver. p. 35.

⁵ A possibilidade da “micro-história” foi observada com propriedade em LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 154-155 e CONTRERAS, Jaime. *Sotos contra Riquelmes. Regidores, inquisidores e criptoju-dios*. Madri: Amaya/Mario Muchnik, 1992.

⁶ CERTEAU, Michel de. *Invenção do cotidiano. Arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁷ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo, Contexto, 2007, p. 25-26.

⁸ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRIA DE BAURU E REGIÃO – NUPHIS. Relatório Conclusivo do Inquérito Policial de Maria Antonia Firmino instalado em 6 de maio de 1938, emitido pelo Delegado Adjunto, Elpidio Reali, em 12 de maio de 1938. Caixa 204, Doc: 3.269, E: 5B.

⁹ Essas contradições entre o processo de modernização defendido pelo discurso republicano e a emergência de uma polícia afeita a práticas de “justiça sumária” não condizentes com a lei foram objeto de inédita pesquisa sobre a atuação da Polícia Civil de São Paulo na década de 20. Ver SOUZA, Luis A.T. *Processos de uma prática. Polícia Civil e Inquérito Policial em São Paulo na Primeira República*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.

¹⁰ Michael de Certeau distingue o “espaço” e o “lugar”, ressaltando que no lugar o que impera é a dinâmica criada por ele próprio, pelos indivíduos que nele fazem a sua história. É impossível, por exemplo, ter dois corpos ocupando ao mesmo tempo o mesmo lugar. Cada um se situa no seu lugar próprio e distinto. Já o espaço existe considerando-se as variáveis de direção, de velocidade e de tempo, bem como de todas as alternâncias e inconstâncias a que essas categorias estão sujeitas: “o espaço é um cruzamento de móveis”. O espaço não carrega uma homogeneidade, nem tampouco a estabilidade de um próprio. “O espaço é um lugar praticado.” (CERTEAU, *op. cit.* p. 202.)

¹¹ Ver POSSAS, L. M. V. *Op. cit.* 2007 e Marília, uma cidade plural. *Diário de Marília*, Marília, 2003, p. 4.

¹² Rodrigues de Abreu é um dos poetas renomados da cidade. Nasceu em Capivari, em 1897, e chegou em Bauru por volta dos anos 20 como funcionário de um cartório. Conhecia bem a vida boêmia da capital e da cidade. Morreu em 1927, após diagnóstico de tuberculose. (POSSAS, *op. cit.*)

¹³ Ver a poesia *Bauru* na íntegra em POSSAS, L. M. V. *Mulheres, trens e trilhos. Modernidade no sertão paulista*. 1. ed. Bauru: Editora do Sagrado Coração/São Paulo: Edusc, 2001. v. 1. 462 p.

¹⁴ PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

¹⁵ *Bauru*, em POSSAS, L. M. V. *Op. cit.*, 2001.

¹⁶ FERAZ, B. *Cidades Vivas*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1924.

¹⁷ Trabalhos e pesquisas recentes sobre as práticas do aborto e do infanticídio sendo criminalizadas em Florianópolis entre 1900 e 1950 demonstram esse tipo de atuação. Ver PEDRO, Joana Maria (org.). *Práticas Proibidas*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

¹⁸ GAZETA DE BAURU. Bauru, 1914, p. 5

¹⁹ GAZETA DE BAURU. Bauru, 1914, p. 4.

²⁰ COMERCIO DE BAURU. 7/3/1915, p. 3.

²¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

²² MALUF Marina; MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Cia. das Letras, v. 3, 1998. p. 368-421 e SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp/Contexto, 1997. p. 362-400.

²³ Desde os anos 20, mulheres vinham reivindicando uma efetiva participação feminina na vida política, garantindo também o acesso ao voto.

²⁴ Fenômeno social e cultural dos anos 30, analisado por Maria Helena Capelato em *Multidão em Cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Ed. Papirus, 1998.

²⁵ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991. p. 61-86.

²⁶ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁷ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista estudos feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

²⁸ PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1. p. 77-98, 2005.

²⁹ Os suportes teóricos trazidos por essas discussões constam nos trabalhos: LAQUEUR, Thomas. *La construcción del sexo: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid: Ed. Cátedra, 1994; BUTLER, Judith, *op cit.*

³⁰ Inquérito policial, segundo o Código Penal Brasileiro de 1940, é todo procedimento policial destinado a reunir elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal. Nesse sentido, é um procedimento administrativo-informativo que realiza as investigações preliminares sobre a possível prática de um fato delituoso, constituindo a primeira etapa de um processo penal. Seu objetivo é coletar informações sobre a autoria de um fato ocorrido e sua materialidade, e sua função é servir de base para acusação no processo penal. Por ser uma peça informativa do Código Penal Brasileiro, o inquérito policial não tem a legitimidade da jurisdição, cabendo ao Estado, por meio do processo jurisdicional, o julgamento da infração penal e sua autoria.

³¹ A comarca de Bauru era formada por uma extensa área que se estendia do município de Bauru, “a boca do sertão”, até a divisa com o estado do Mato Grosso do Sul, abrangendo toda região noroeste do estado paulista, na faixa intermediária entre o rio Tietê e o rio do Peixe. Essa extensão territorial foi sendo alterada a partir de 1919 com a criação de outros municípios e comarcas. Atualmente, abrange dois municípios: Bauru e Avaí.

³² Essa documentação jurídica se encontra arquivada no Núcleo de Documentação e Pesquisa História de Bauru e Região (Nuphis), criado em 1983. Devido ao convênio de tutela e guarda assinado com o fórum da cidade (28/11/1993), recebeu a custódia do Arquivo do Poder Judiciário, compreendendo o período de 1908 até 1950, totalizando 13.266 documentos entre inquéritos policiais, processos criminais e inventários, mantendo a organização cronológica e temática do órgão da Justiça.

³³ NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRIA DE BAURU E REGIÃO – NUPHIS. Inquérito Policial de 1920, em que Angelina Maggi foi vítima de agressão ao cobrar Jacy Guido, hóspede da sua pensão que se encontrava em débito. Caixa 203, n. 3.214, E: 5B.

³⁴ A notícia do suicídio saiu no *Correio do Noroeste*, Bauru, em 6/5/1938, p. 3.

³⁵ Inquérito Policial de 6/5/1938, arquivado 12/38 no Fórum de Bauru. Caso lembrado por Hermínia Malheiros, ferroviária-escriturária, como exemplo de uma mulher de vida desregrada e infeliz no amor. Ver POSSAS, L. M. V. *Op. cit.*, 2007.

³⁶ Auto de Corpo Delito de Maria Antonia Firmino, realizado pelo dr. Nozor Galvão, médico-legista, e o perito dr. Hildebrando Thomaz de Carvalho, no Inquérito Policial de 6/5/1938.

³⁷ PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

³⁸ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*

³⁹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.